



RESULTADOS 4T19

Teleconferência

18 de fevereiro de 2020

(Em Português com tradução simultânea para Inglês)

11h00 (horário de Brasília)

9h00 (horário NY - EDT)

15h00 (horário de Londres)

Tel: + 55 (11) 3181-8565

Participantes Internacionais:

Tel: + 1 (412) 717-9627 | + 1 (844) 204-8942

RESULTADOS 4T19 E 2019

LUCRO LÍQUIDO DE R\$1,2 BILHÃO E REDUÇÃO DE R\$1,5 BILHÃO⁽¹⁾ NAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS TOTAIS EM 2019

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVA A PROPOSTA DE PAGAMENTO DE R\$606 MILHÕES DE DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS EM 2020

Destaques Operacionais e Financeiros R\$ mil	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Receita operacional bruta	497.086	502.647	-1%	1.830.499	1.927.319	-5%
Receita operacional líquida	432.835	408.098	6%	1.571.296	1.634.110	-4%
Resultado operacional bruto	160.771	46.510	n.m.	479.281	401.831	19%
Custos e despesas	(73.559)	(250.749)	-71%	(1.087.890)	(974.957)	12%
EBITDA	471.523	236.284	100%	863.073	975.498	-12%
EBITDA ajustado²	257.031	64.352	n.m.	751.839	502.660	50%
Margem EBITDA ajustado²	59%	16%	44 p.p.	48%	31%	17 p.p.
Resultado líquido	1.333.115	59.253	n.m.	1.163.014	294.433	n.m.
Dívida líquida³	1.010.012	(195.250)	n.m.	1.010.012	(195.250)	n.m.
Dívida líquida³/EBITDA UDM	1,2x	-0,2x	-	1,2x	-0,2x	-
Dívida líquida³/EBITDA ajustado UDM²	1,3x	-0,4x	-	1,3x	-0,4x	-

DESTAQUES

- Custos e despesas ajustados⁽⁴⁾ com queda de 47% no 4T19 e de 27% em relação a 2018, refletindo as diversas iniciativas executadas ao longo de 2019.
- EBITDA ajustado de R\$257 milhões e margem de 59% no 4T19, aumento de R\$193 milhões em relação ao 4T18. No ano de 2019 atingiu R\$752 milhões, crescimento de R\$249 milhões comparado ao ano de 2018.
- Redução das contingências passivas totais, antes da correção monetária, em R\$794 milhões no 4T19 e R\$1,5 bilhão em 2019, sendo R\$614 milhões no provável.
- Lucro líquido de R\$1,3 bilhão no 4T19, aumento de R\$1,3 bilhão em relação ao 4T18. Em 2019 o lucro líquido atingiu R\$1,2 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018.
- Aprovação pelo Conselho de Administração da proposta de pagamento de dividendos no montante total de R\$606 milhões com *payout* de 52% sobre o lucro líquido e *dividend yield* de ~6% com pagamento nos meses de abril e outubro de 2020.
- Constituição da CESP Comercializadora com início da operação em janeiro de 2020.

(1) Antes de atualização monetária e juros | (2) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios, PDV, Ajuste Jupia e Ilha Solteira e Reversão de impairment | (3) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos | (4) Desconsidera provisão para litígios, itens não caixa e não recorrentes. Mais detalhes na sessão custos e despesas operacionais na pág.17.

 **ÍNDICE**

Mensagem da Administração	4
Perfil da Companhia	7
Parque Gerador	7
Produção de Energia Elétrica	8
Disponibilidade	9
Estratégia de Comercialização	10
Clientes	12
Receita Operacional	14
Custos e Despesas Operacionais	16
EBITDA	18
Resultado Financeiro	20
Resultado Líquido	20
Endividamento	21
Fluxo de Caixa Livre	23
CAPEX	23
Proventos	24
Contingências	24
Mercado de Capitais	28
Anexos	29

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi um ano transformador para a CESP. Após a mudança para a nova administração, em dezembro de 2018, passamos por um período intenso de avanço na gestão da operação, processos, sistemas de gestão do balanço energético, contencioso, custos, despesas e pessoas.

Em 2019 mudamos a sede da CESP e quebramos paredes, garantindo um espaço que favoreça a comunicação e integração entre pessoas, a criação de um ambiente transparente e acessível, a agilidade de decisão e qualidade de vida dos funcionários, dando uma nova dimensão ao trabalho em equipe.

Os programas de demissão voluntária – PDV, ao longo de 2019, tiveram adesão de 351 funcionários representando 67% das pessoas elegíveis, com custo de R\$111 milhões e concluímos o ano de 2019 com 248 funcionários, já considerando a recomposição de várias posições com profissionais de mercado, com um perfil alinhado ao protagonismo, à opinião e à diversidade de ideias e iniciativas. Esta mudança significativa do perfil profissional foi acompanhada de um sistema de avaliação de desempenho, metas e remuneração atrelados aos resultados e objetivos da Companhia. Complementarmente ao sistema de remuneração fixo e variável, vale destacar que nosso Conselho de Administração aprovou a política de Incentivo de Longo Prazo – ILP, alinhando a remuneração da alta gestão a critérios de desempenho, resultados e geração de valor.

Conquistamos em 2019 o selo *Great Place to Work* – GPTW, motivo de muito orgulho em nosso primeiro ano de gestão. A construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo é parte de um plano de gestão de pessoas com alto desempenho, resultados e geração de valor.

Em Governança, foi também um ano de avanços. Reestruturamos as áreas de Governança, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e implementamos novas políticas de gestão, à exemplo do novo Código de Conduta da CESP. Foi também desenvolvida a nova “Linha Ética CESP” - canal de comunicação aberto para o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Código de Conduta da Companhia, bem como para o envio de denúncias sobre condutas antiéticas, irregulares ou ilícitas percebidas no seu ambiente de trabalho e na prática de negócios.

Redefinimos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário. A Assembleia de Acionistas realizada em abril/2019 elegeu três novos membros no Conselho de Administração em substituição a conselheiros em final de mandato, perfazendo um total de 8 membros. Nosso Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário foram renovados e passaram a operar com três membros em cada um destes dois foros.

Definimos também as bases para o funcionamento e implementamos a Comissão de Comercialização de Energia e Comissão Jurídica da CESP, consoante as melhores práticas de governança corporativa e visando à formação de sólido ambiente, equipe e prática de atuação em mercado.

Implementamos o SAP como um passo importante na confiabilidade, agilidade e qualidade de nossa informação e realizamos a transição de parte de nossas atividades operacionais recorrentes para um Centro de Serviços Compartilhados – CSC. Estas iniciativas, aliadas a um esforço contínuo e

intenso de revisão de estrutura, processos e sistemas, têm proporcionado à CESP ganhos significativos em produtividade e redução de custos.

Em 2019 lançamos o CESP Mais Valor, um programa de iniciativas de valor criado para valorizar os funcionários e capturar oportunidades através da geração de ideias, iniciativas e implantação de novos projetos ou melhorias de processos. Desde o lançamento do programa, em outubro de 2019, já foram recebidas 177 novas ideias que compõem um quadro de geração constante de valor com a participação de toda a Companhia.

Estruturamos e obtivemos a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para constituição da CESP Comercializadora, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia.

Quanto à gestão do contencioso ativo e passivo, implantamos um método próprio de análise, definição de estratégia e gestão das ações judiciais. Identificamos as ações judiciais a serem abordadas de forma particularizada, contratamos assessorias para complementar a atuação da equipe própria da CESP, reestruturamos a área Jurídica da Companhia para estar ainda mais capacitada nesta frente e definimos prioridades de atuação. Terminamos o ano de 2019 com uma redução, antes da correção monetária, de R\$1,5 bilhão nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2018, explicada pela combinação de: (i) decisões judiciais favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; (iii) revisão criteriosa do saldo dos casos estratégicos, parcialmente compensados pela inclusão de novos casos no saldo do contencioso. Esses resultados estão em linha com nossa determinação por uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução deste risco.

Diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram implementadas pela Companhia. Em 2019, comparando-se com 2018, verificamos 28% de redução no custo de Compra de Energia, 21% de redução em despesa de Pessoal e Administração (excetuando-se gastos com PDV) e 23% de redução nas despesas com Serviços de Terceiros, Materiais e Aluguéis.

O EBITDA Ajustado de R\$752 milhões em 2019 representa um valor R\$249 milhões superior ao resultado do ano passado, com Margem EBITDA Ajustada de 48%. Este resultado foi alcançado por uma combinação de fatores, com destaque para a gestão do balanço energético de 2019 e redução de custos e despesas.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque em termos relativos. Geramos em 2019 R\$492 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, um índice de conversão de caixa¹ de 65%, e geramos R\$330 milhões de fluxo de caixa livre no mesmo período.

(1) Índice de Conversão de Caixa= Fluxo de Caixa Operacional Pós Serviços da Dívida/EBITDA Ajustado

As iniciativas operacionais executadas ao longo de 2019 em consonância com fatores não operacionais como, reversão das provisões para litígios, reversão de *impairment*, constituição de IR/CSLL diferidos, permitiram a CESP registrar em 2019 um lucro líquido de R\$1,2 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao lucro líquido de 2018.

A combinação da forte geração de caixa com o resultado líquido obtido em 2019, permite a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, representando um *payout* de 52% e *dividend yield* de ~6% para todas as classes de ação da CESP (ON, PNA e PNB), com pagamento nos meses de abril e outubro de 2020.

Após um ano de um processo intenso de transformação e resultados positivos, nos cabe agradecer a todos que seguem conosco nessa trajetória. Aos nossos funcionários, que estiveram engajados e focados em entregar o melhor resultado, e a nossos investidores, clientes, fornecedores e parceiros, pela confiança e por acreditarem no potencial da CESP.

Em 2020 estaremos focados na busca contínua pelas melhores práticas em saúde e segurança do trabalho, na consolidação da cultura de alto desempenho, na monetização de imóveis não operacionais, na continuidade da revisão e otimização de nossos processos e sistemas, incluindo iniciativas ambiciosas em tecnologia da informação, automatização e inteligência artificial em várias de nossas atividades, além de seguirmos com o *derisking* da CESP, focados na continuidade da gestão criteriosa do contencioso e na busca por resultados consistentes com a operação de comercialização de energia através da CESP Comercializadora.

CESP, uma empresa de energia!

Mario Bertoncini

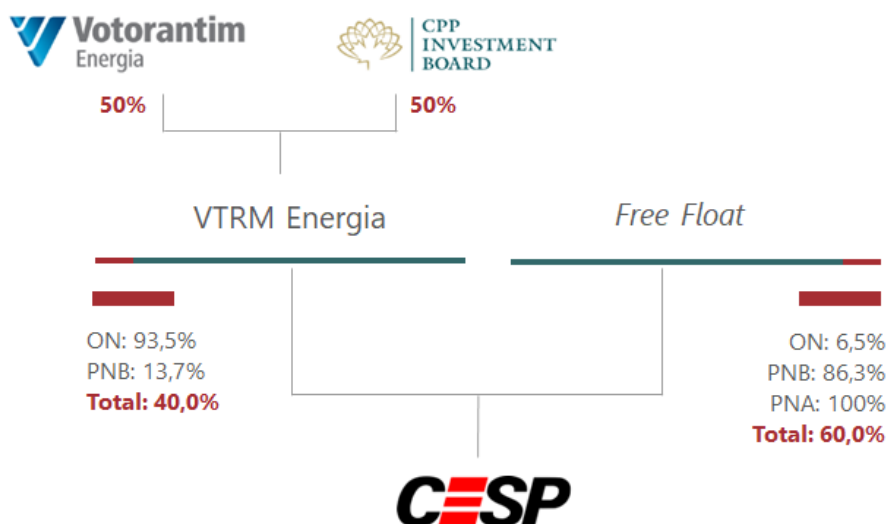
Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Marcelo de Jesus

Diretor Financeiro

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP foi constituída em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo e em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo.

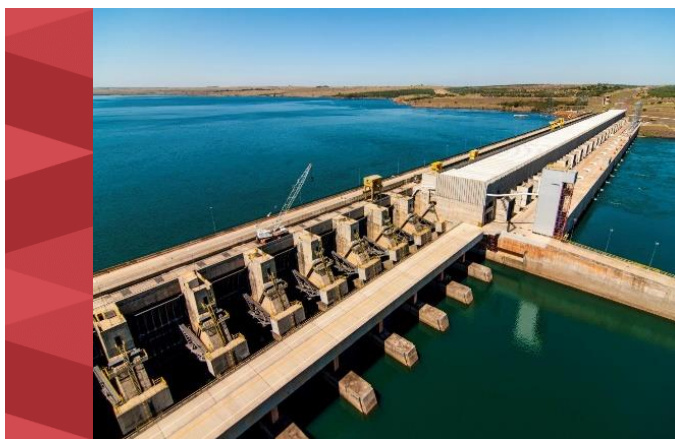


PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, com um total de 18 unidades geradoras, 1.655 MW de potência e 948 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte parque gerador:

Ativos Operacionais



Porto Primavera

Potência: 1.540 MW

Garantia física: 887 MW médios

Concessão até abr/49 (Contrato renovado em abril de 2019)

Município: Rosana (SP)

Área do reservatório: 2.040 km²

Extensão da barragem: 10,2 km

Unidades geradoras: 14

Entrada em operação: 1999



Paraibuna

Potência: 87 MW
 Garantia física: 48 MW médios
 Concessão até mar/21
 Município: Paraibuna (SP)
 Área do reservatório: 177 km²
 Extensão da barragem: 0,5 km
 Unidades geradoras: 2
 Entrada em operação: 1978



Jaguari

Potência: 28 MW
 Garantia física: 13 MW médios
 Concessão até mai/20
 Município: São José dos Campos (SP)
 Área do reservatório: 56 km²
 Extensão da barragem: 1,0 km
 Unidades geradoras: 2
 Entrada em operação: 1972

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em 28 de junho de 2019, o não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, que representa menos de 1% da energia produzida pela CESP, em consonância com a manifestação de intenção do Estado de São Paulo de pleitear junto à União a exploração da referida UHE após término da atual concessão da usina.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração (MW médios)

Usinas Hidrelétricas	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Porto Primavera	1.020	1.068	-4%	987	1.015	-3%
Paraibuna	50	31	62%	36	39	-7%
Jaguari	4	2	106%	6	6	-
Total	1.074	1.101	-2%	1.029	1.060	-3%

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP atingiu 1.074 MW médios no 4T19, 2% inferior ao 4T18. Essa redução decorre de fatores sistêmicos ligados à política de despacho praticada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), visando à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

No 4T19 houve redução nas aflúências das bacias da região Sudeste que levou os principais reservatórios a níveis inferiores em relação ao mesmo período do ano anterior. Dessa forma, o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou uma política de menor despacho na UHE Porto Primavera com o objetivo de preservar o armazenamento das usinas a montante.

Em 2019, a produção de energia na CESP foi 3% inferior em relação ao ano de 2018. Essa redução foi motivada por uma aflúência menor na região Sudeste, que conduziu o ONS a praticar uma política de operação que manteve a usina de Porto Primavera com geração reduzida grande parte do período seco para preservar o armazenamento dos reservatórios nas bacias dos rios Paranaíba e Grande.

Com relação às UHE Paraibuna e UHE Jaguari, a geração dessas usinas é função do controle de vazão na bacia do Rio Paraíba do Sul, onde o ONS define a vazão defluente dessas usinas para não violar as restrições hidráulicas a jusante do restante da bacia.

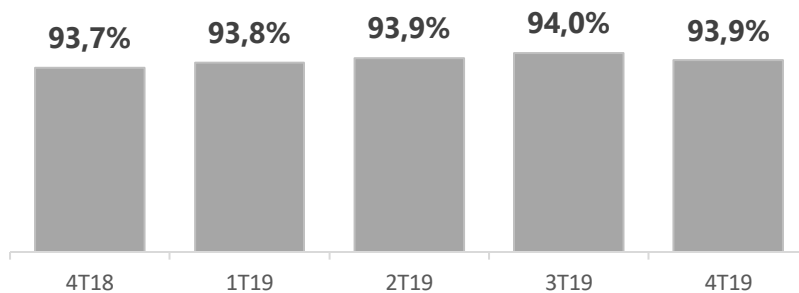
DISPONIBILIDADE

No 4T19, e conseqüentemente no fechamento de 2019, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 93,9%, com aumento em relação ao 4T18 (fechamento de 2018), quando atingiu o nível de 93,7%, demonstrando de forma contínua a boa gestão da manutenção e, conseqüentemente, maior eficiência na gestão da disponibilidade das usinas em 2019.

Segundo a Resolução ANEEL nº 614/2014, caso o índice de disponibilidade de uma usina hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") seja inferior ao índice de disponibilidade de referência considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina estará sujeita à aplicação de mecanismo de redução da garantia física. Com essas premissas, este indicador torna-se o principal balizador para avaliar o desempenho das usinas hidrelétricas e principal ferramenta de acompanhamento para mitigação de riscos de impactos operacionais aos compromissos comerciais.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP é consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando a eficiência na gestão da operação e manutenção de suas usinas.

Índice de Disponibilidade¹ Média móvel 60 meses (%)



(1) Índice de disponibilidade é calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada ("TEIFa") e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada ("TEIP"), definidas pela ANEEL.

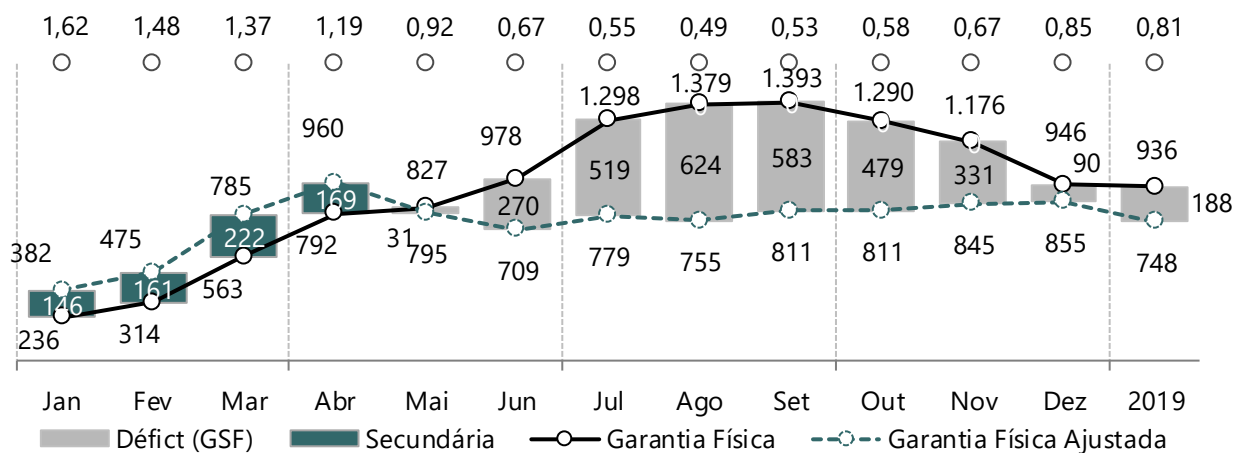
ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

A estratégia da Companhia para comercialização de energia está pautada por um planejamento minucioso e gestão proativa da comercialização de energia e do balanço energético, buscando gerar valor e mitigar o risco hidrológico.

Em 2019 a estratégia de sazonalização da CESP passou a buscar a otimização dos resultados através da análise de afluência e preços esperados para os períodos do ano.

No gráfico abaixo mostramos nossa curva de sazonalização da garantia física para 2019 e a curva de sazonalização ajustada pelo *Generation Scaling Factor* ("GSF").

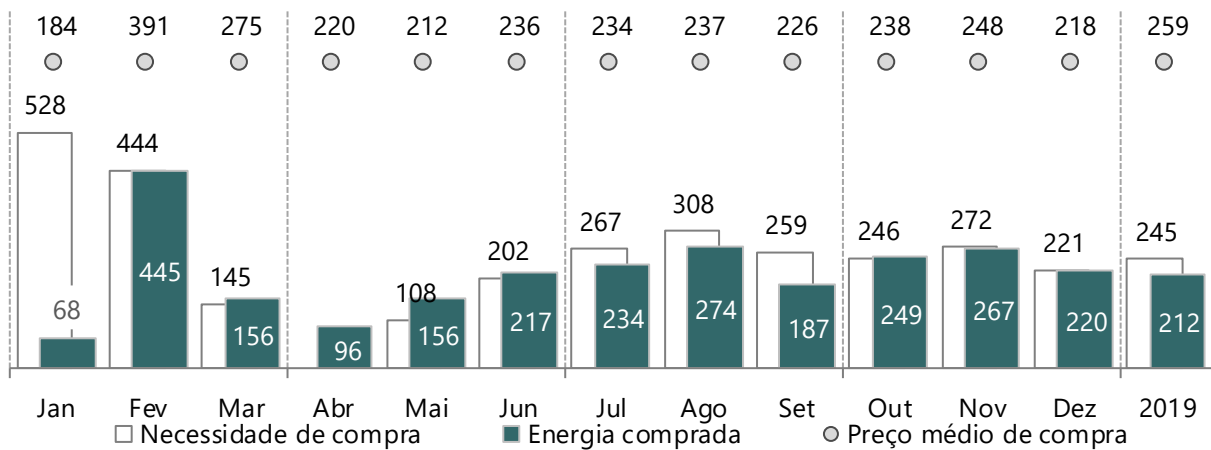
Garantia Física Bruta e Garantia Física Ajustada (MW médio)



Em decorrência das revisões de garantia física e influenciado pelo efeito do GSF, a CESP apresentava um balanço energético deficitário para o ano de 2019. Assim sendo, desde 11 de dezembro de 2018, data em que a nova administração assumiu a gestão da Companhia, foi implementada a estratégia de otimizar os resultados e reduzir a exposição ao risco hidrológico.

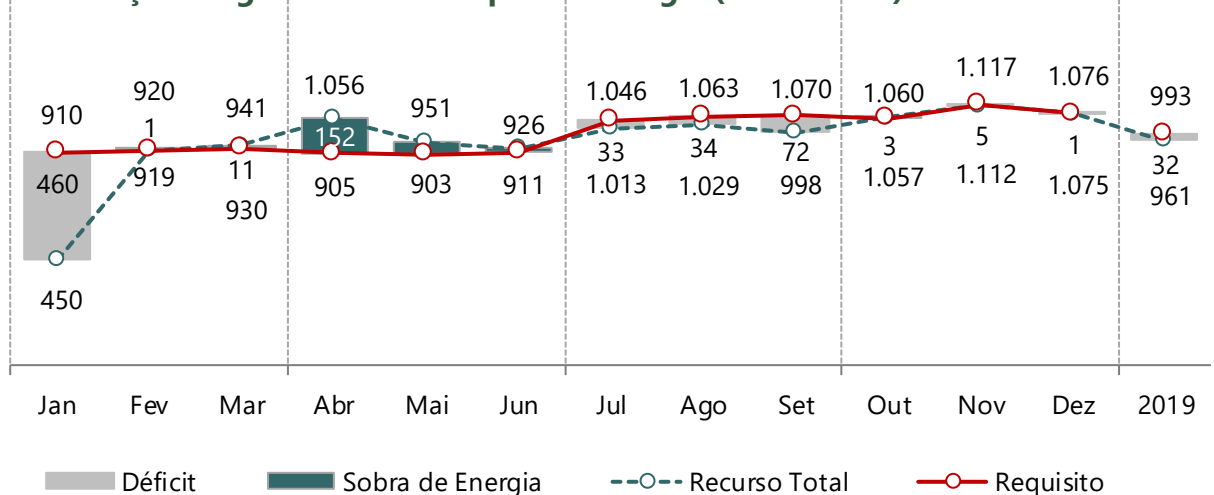
Em 2019, foram adquiridos 212 MW médios de energia com o preço médio de R\$259/MWh, comparado a uma compra de 240 MW médios a um preço médio de R\$357/MWh para o ano de 2018.

Déficit de energia versus compra de energia (MW médio)



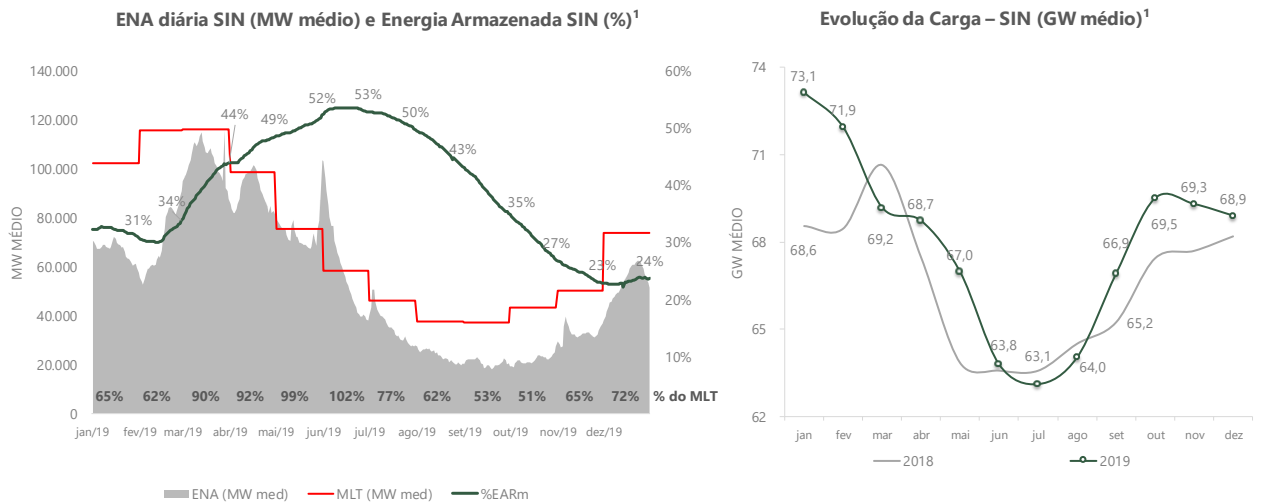
A estratégia de otimização do balanço energético considera as melhores oportunidades de mercado envolvendo contratos bilaterais com o objetivo de mitigar riscos de preço (PLD) e evitar a exposição energética na CCEE dada a inadimplência sistêmica. No 1T19, como forma de monetização dos recebíveis na CCEE, a Companhia liquidou seu saldo a receber na CCEE com o déficit gerado em janeiro de 2019, totalizando uma energia comprada de R\$75 milhões neste período. Como resultado da nova estratégia de gestão, o balanço energético para 2019 da CESP, em 31 de dezembro de 2019, está ilustrado abaixo e demonstra a equalização do déficit para 2019.

Balanço Energético - Pós Compra de Energia (MW médio)



Ao longo de 2019 a CESP atuou na mitigação do risco existente nos anos de 2020 a 2022 dentro das janelas de oportunidade que se apresentaram. Para 2020 mais de 80% exposição energética do ano já foi equalizada.

Vale ressaltar que o desempenho da Energia Natural Afluente (“ENA”) abaixo da Média de Longo Termo (“MLT”) impactou os níveis do GSF em 2019.

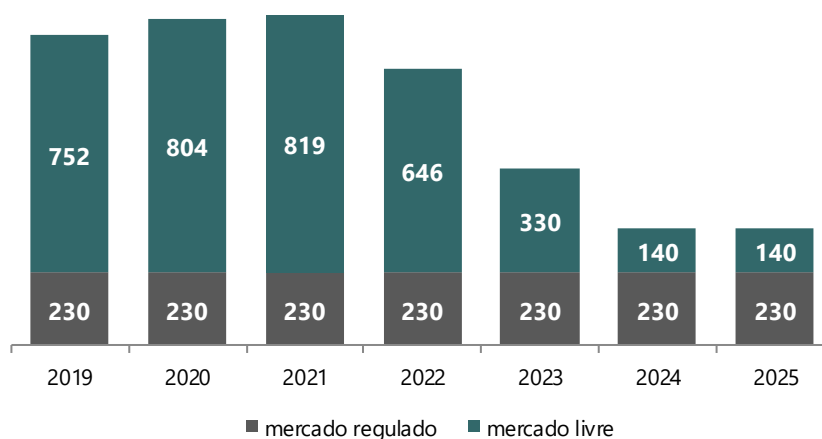


(1) Fonte: CCEE | MLT: Média de Longo Termo; EAR: Energia Armazenada; SIN: Sistema Interligado Nacional;

CLIENTES

Os contratos de venda da CESP no mercado livre foram realizados, em sua maioria, entre os anos de 2003 e 2015 e são corrigidos pela inflação (~70%) e dólar (~30%).

Portfólio de Clientes (MW médio)



É importante destacar que a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* com a finalidade de mitigar a exposição cambial da receita proveniente de contratos de venda de energia indexados ao dólar utilizando o instrumento financeiro *Non-Deliverable Forwards* (“NDF”). Mais detalhes sobre essa estratégia na página 16 deste documento.

Os contratos no mercado regulado tiveram início em 2009 e 2010 vencendo em 2038 e 2039 com volume de 230 MW médio. No 4T19 o preço médio corrigido dos contratos no mercado regulado foi de R\$231/MWh e em 2019 foi de R\$239/MWh.

Preços Médios no Mercado Regulado

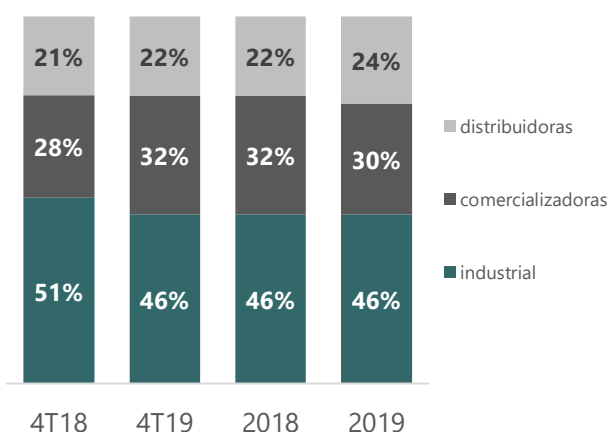
Data início	Data fim	Volume (MW médio)	Preço bruto início (R\$/MWh)	Preço bruto 2019 (R\$/MWh) ⁽¹⁾
01/01/2009	31/12/2038	82	125 ⁽²⁾	248
01/01/2010	31/12/2039	148	116 ⁽³⁾	234
Total		230	119	239

(1) Preços corrigidos pelo IPCA. | (2) Data base de início 29/06/2006. | (3) Data base de início 16/12/2005

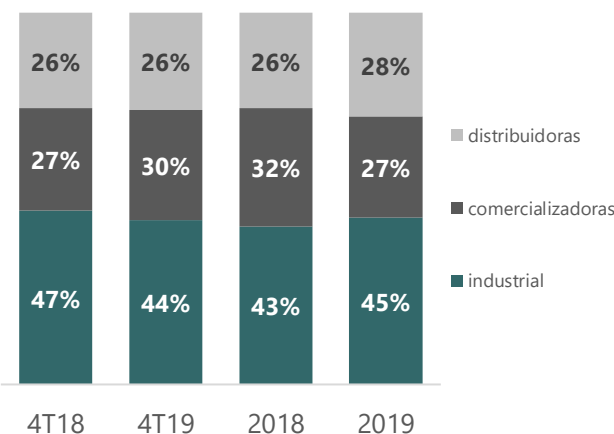
Como forma de mitigar sua exposição ao risco hidrológico, a CESP, repactuou em 2016 o montante de 230 MW médios contratados até 2028 referente aos contratos no mercado regulado. Desta forma, esta parcela da sua garantia física está protegida das oscilações do GSF.

Os clientes livres (industrial e comercializadoras) representaram 78% do volume de vendas no 4T19 e 76% em 2019, redução decorrente do menor volume de venda para comercializadoras, alinhada com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia.

Perfil dos Clientes nas Vendas (%)¹
(Em MWh)



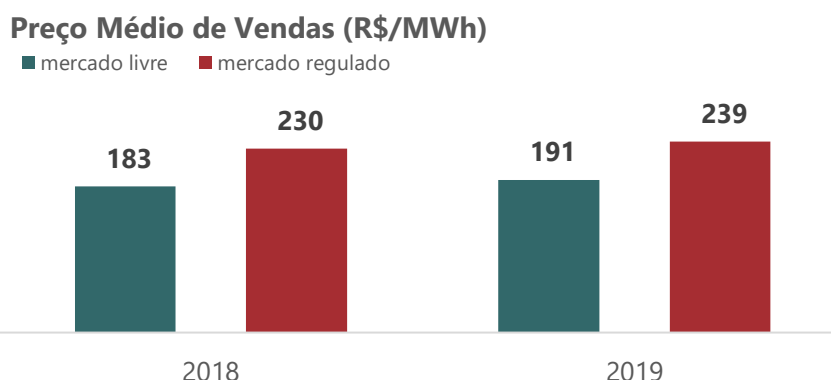
Perfil dos Clientes na Receita (%)¹
(Em R\$)



(1) Exclui resultados associados à CCEE.

O preço médio corrigido dos contratos no mercado livre (industrial e comercializadoras) foi de R\$191/MWh, aumento de 4% em relação a 2018, decorrente de reajustes contratuais e correções monetárias, parcialmente compensados pela maior representatividade de clientes com preços contratados mais baixos e condições contratuais que permitem a flexibilidade na alocação da energia. O preço médio no mercado regulado (distribuidoras) em 2019 ficou em R\$239/MWh, um aumento de 4% em relação a 2018 devido principalmente a reajustes de preços com a inflação (IPCA).

A partir de 2023 o volume de energia vendida é substancialmente menor e a partir de 2026 a Companhia não possui energia vendida no mercado livre.



RECEITA OPERACIONAL

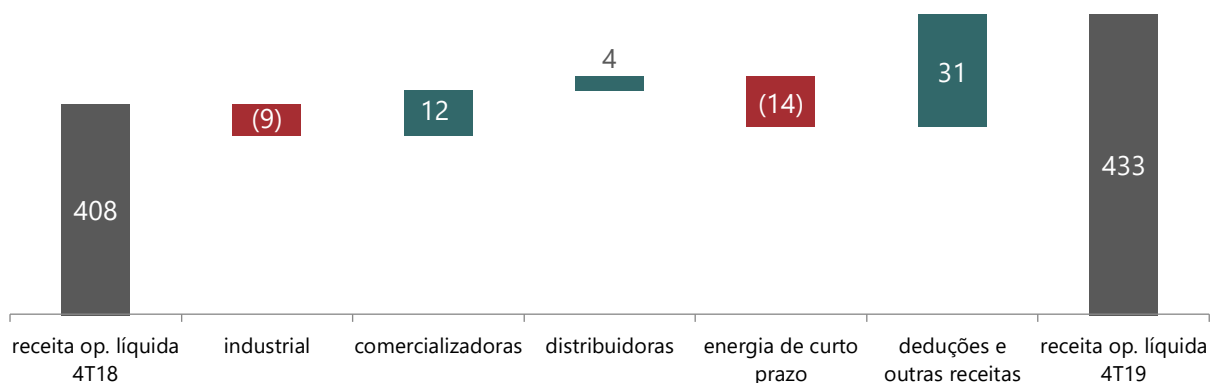
A Receita Operacional Líquida no 4T19 totalizou R\$433 milhões, aumento de R\$25 milhões (+6%) em relação ao valor do 4T18, majoritariamente decorrente de:

- **Deduções e outras receitas:** Redução de R\$31 milhões devido à alteração do regime da Usina de Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP. Adicionalmente, no 4T18 houve registro de R\$20 milhões referente à expectativa da Administração de ajustes da RGR para o ano de 2018 (mais detalhes na nota explicativa 1.2 da DFP).
- **Comercializadoras:** Aumento de R\$12 milhões em função da nova estratégia de sazonalização do balanço energético da Companhia e pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$4 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$14 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- **Industrial:** Redução de R\$9 milhões do volume venda em função das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (flexibilidade).

Receita Operacional Líquida 4T18 vs. 4T19 (R\$ milhões)



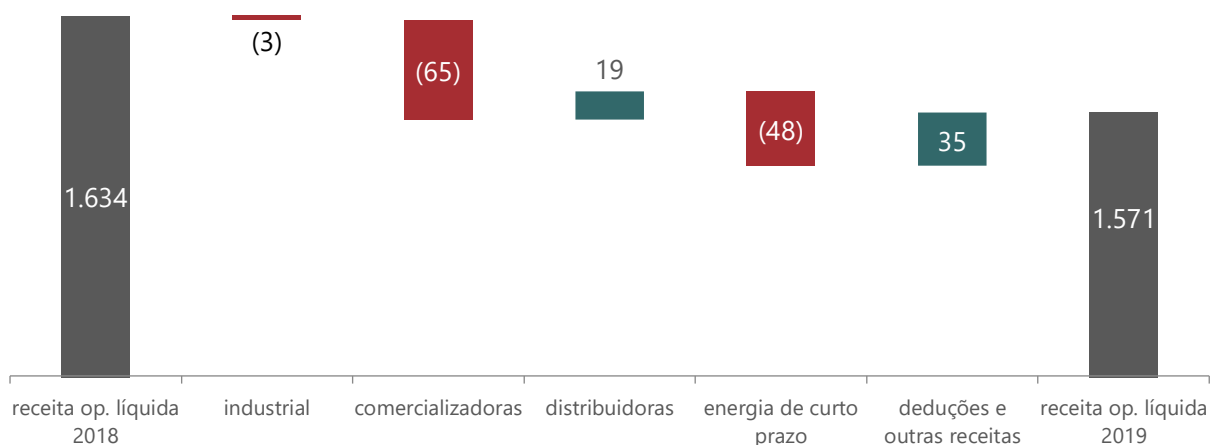
A Receita Operacional Líquida em 2019 totalizou R\$1,6 bilhão, redução de R\$63 milhões (-4%) em relação a 2018, majoritariamente decorrente de:

- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$48 milhões devido à nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinado com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- **Comercializadoras:** Redução de R\$65 milhões devido ao término e redução de contratos existentes a fim de equacionar o balanço energético da Companhia.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Deduções e outras receitas:** Redução de R\$35 milhões devido à alteração do regime da Usina Porto Primavera para Produtor Independente de Energia, deixando de incidir RGR e passando a incidir UBP.
- **Distribuidoras:** Aumento de R\$19 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Receita Operacional Líquida 2018 vs. 2019 (R\$ milhões)



Instrumentos Financeiros Derivativos

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* (“NDFs”) e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período entre setembro de 2019 e dezembro de 2021.

A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019:

NDFs	Notional (USD mil)	Taxa média cambial a termo (R\$)	Valor justo (R\$ mil)
2019	9.000	4,18	1.305
2020	111.000	4,25	19.544
2021	111.000	4,37	19.094
Total	231.000		39.943

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos na receita. Mais detalhes vide nota explicativa 29 da DFP 2019.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

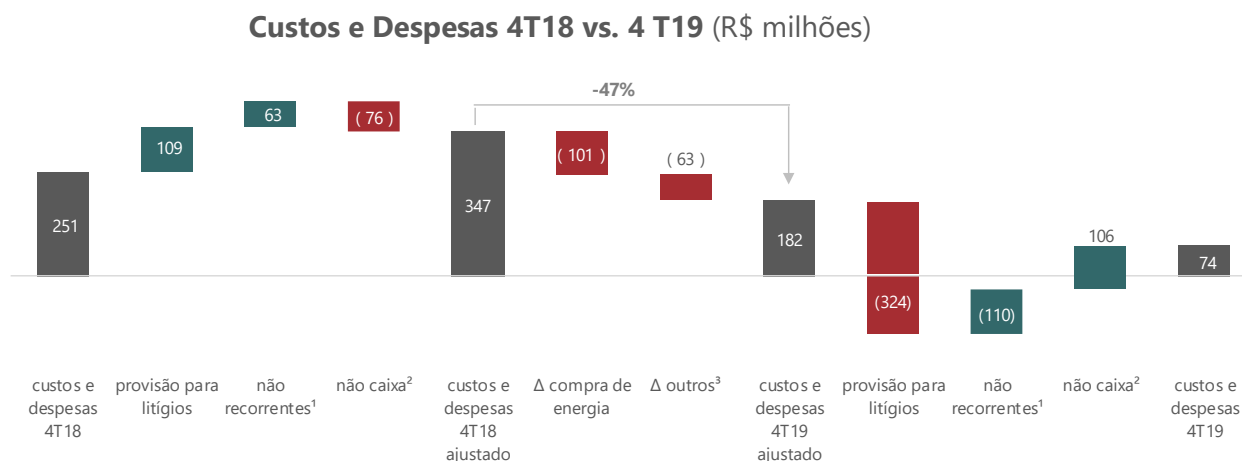
Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$74 milhões no 4T19 frente a R\$251 milhões registrada no 4T18.

Em ambos os trimestres houve efeitos não recorrentes e não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Reversão de provisão de litígios:** No 4T19, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R\$324 milhões em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. No 4T18 a reversão de provisão foi no montante de R\$109 milhões.
- **Efeitos não recorrentes:** Inclui a reversão de *impairment* do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões no 4T19, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida no 4T18. Como resultado do teste de *impairment*, a Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecido perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018 (mais detalhes na Nota Explicativa nº14.5 da DF). O valor de reversão do *impairment* (+R\$120 milhões) foi compensado pelo ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupiá no valor de R\$230 milhões decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.
- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais. No 4T19 o montante foi de R\$106 milhões e no

4T18 foi de R\$76 milhões. A maior despesa com depreciação e amortização decorre, principalmente, da mudança de vida útil dos bens da concessão Porto Primavera.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais no 4T19 totalizaram R\$182 milhões, queda de 47% em relação ao 4T18, quando reportou R\$347 milhões.



(1) Considera impairment, ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia e despesas com PDV/ (2) Considera depreciação/amortização e provisões de almoxarifado e provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais. | (3) Desconsidera custos e despesas com: energia comprada, PDV, depreciação/amortização, provisões, perda estimada de créditos

Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia.

- **Energia comprada:** Redução de 52% em relação ao 4T18, em linha com a nova estratégia de sazonalização e comercialização adotada pela Companhia.
- **Pessoal e Administradores:** Redução de 41%, decorrente da redução de aproximadamente 50% no número de funcionários e da mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento, capacitação profissional, gestão reconhecida pelo selo *Great Place to Work - GPTW*.
- **Serviços de Terceiros, Materiais e Aluguéis:** Queda de 34% pela renegociação de contratos e revisão de processos possibilitando capturar eficiências em custos e operações.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.088 milhões em 2019, aumento frente ao valor de R\$975 milhões registrado no 2018.

Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

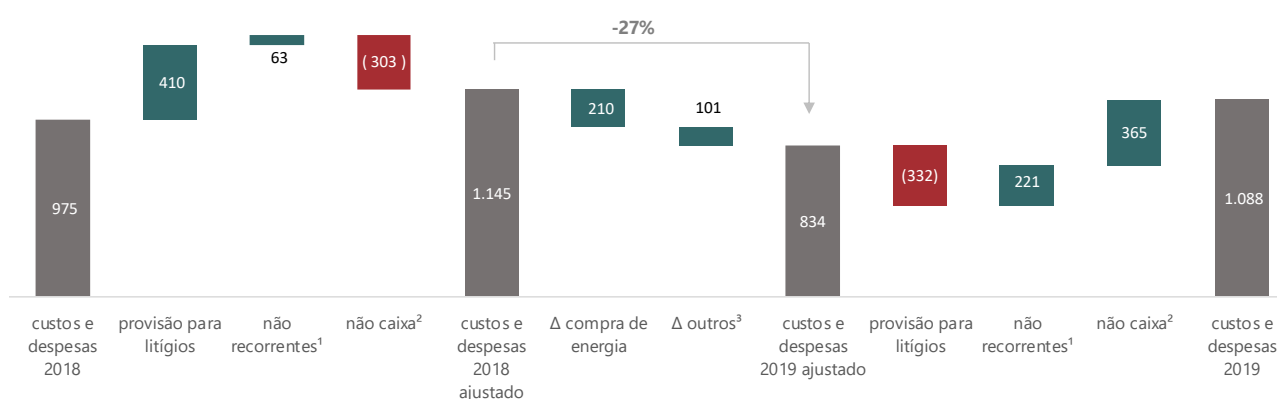
- **Provisão de litígios:** em 2019 ocorreu reversão de provisão no valor de R\$332 milhões em linha com a estratégia de revisão constante dos prognósticos de risco dos processos judiciais e dos valores em discussão, em complementação à própria estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2018, a reversão de provisão foi no montante de R\$410 milhões.
- **Efeitos não recorrentes:** Inclui ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 e gastos com PDV de R\$111 milhões, compensado parcialmente, pela reversão de *impairment*

do ativo imobilizado no montante de R\$120 milhões referente a 2019, contra reversão de R\$63 milhões ocorrida em 2018.

- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais. Em 2019 o montante foi de R\$366 milhões e em 2018 foi de R\$303 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais de 2019 totalizaram R\$834 milhões, queda de 27% em relação a 2018, quando reportou R\$1.145 milhões, decorrente da redução de 28% no custo de energia comprada, 21% em pessoal e administradores e 23% em serviços de terceiros, materiais e aluguéis. As reduções apresentadas no ano decorrem das mesmas iniciativas descritas nas explicações das variações trimestrais.

Custos e Despesas 2018 vs. 2019 (R\$ milhões)



(1) Considera impairment, ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia e despesas com PDV/ (2) Considera depreciação/amortização e provisões de almoxarifado e provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais. | (3) Desconsidera custos e despesas com: energia comprada, PDV, depreciação/amortização

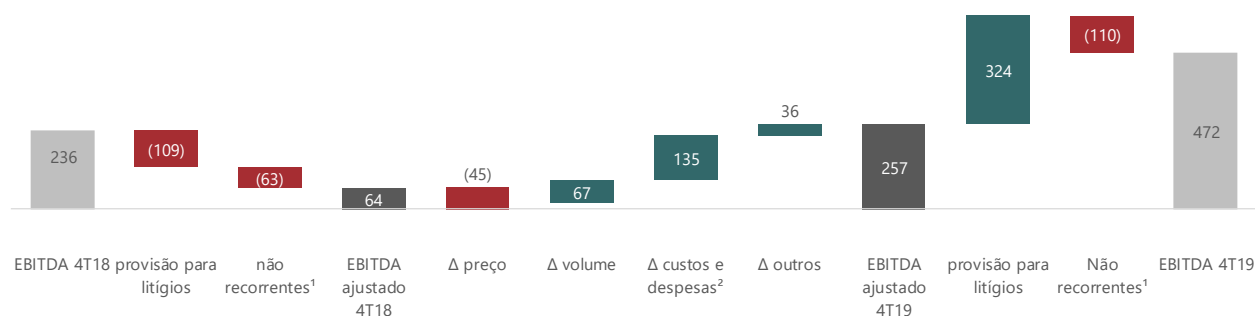
EBITDA

EBIT / EBITDA - R\$ mil	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Lucro líquido	1.333.115	59.253	n.m.	1.163.014	294.433	n.m.
IR e CSLL líquidos	(1.033.232)	64.425	n.m.	(1.026.560)	(10.147)	n.m.
Resultado financeiro	59.495	33.671	77%	347.054	374.867	-7%
= EBIT	359.378	157.349	128%	483.508	659.153	-27%
Depreciação / amortização	112.145	78.935	42%	379.565	316.345	20%
EBITDA	471.523	236.284	100%	863.073	975.498	-12%
Programa de demissão voluntária PDV	336	-	n.m.	111.082	-	n.m.
Provisão para litígios	(324.464)	(109.280)	197%	(331.952)	(410.186)	-19%
Ajuste Jupia e Ilha Solteira	230.040	-	n.m.	230.040	-	n.m.
Reversão de impairment	(120.404)	(62.652)	92%	(120.404)	(62.652)	92%
EBITDA ajustado	257.031	64.352	n.m.	751.839	502.660	50%
Margem EBITDA ajustado	59%	16%	44 p.p.	48%	31%	17 p.p.

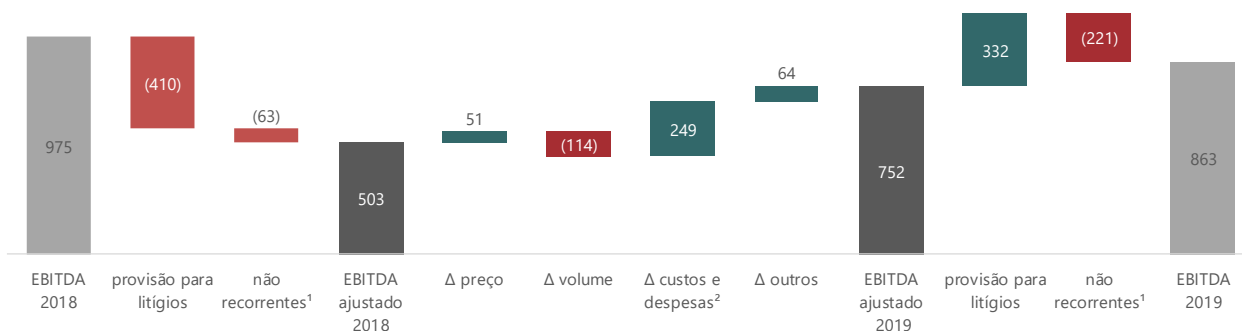
O EBITDA ajustado totalizou R\$257 milhões no 4T19 com margem de 59%, aumento de R\$193 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Em 2019, o EBITDA ajustado foi de R\$752 milhões e margem de 48%, aumento de R\$249 milhões em relação ao ano de 2018.

O aumento no EBITDA ajustado na comparação anual e trimestral é explicado, principalmente, pela redução nos custos e despesas advindos majoritariamente da redução no custo com energia comprada e demais custos e despesas gerenciáveis parcialmente compensada pela redução na receita devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia.

EBITDA 4T18 vs. 4T19 (R\$ milhões)



EBITDA 2018 vs. 2019 (R\$ milhões)



(1) Considera impairment, ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupirá e despesas com PDV / (2) Exclui provisão para litígios e não recorrentes

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro – R\$ mil	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Receitas financeiras	11.086	24.370	-55%	74.259	75.704	-2%
Despesas financeiras	(70.581)	(58.041)	22%	(421.313)	(450.571)	-6%
Encargos de Dívida	(30.627)	(4.653)	n.m.	(142.715)	(23.784)	n.m.
Atualização de provisão para litígios	(46.534)	(62.951)	-26%	(272.244)	(361.782)	-25%
Variações cambiais, líquidas	319	12.079	-97%	(2.809)	(52.364)	-95%
Outras despesas financeiras	6.261	(2.516)	n.m.	(3.545)	(12.641)	-72%
Resultado financeiro	(59.495)	(33.671)	77%	(347.054)	(374.867)	-7%

O resultado financeiro líquido no 4T19 registrou despesa de R\$59 milhões comparado a despesa de R\$34 milhões apresentada no 4T18. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- **Encargos de dívidas:** Aumento de R\$26 milhões decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures no montante de R\$1,8 bilhão desembolsada em janeiro de 2019.

Compensando parcialmente pela:

- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$16 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.
- **Receitas financeiras:** Redução de R\$13 milhões devido ao menor CDI no período.
- **Variação cambial:** Redução de R\$12 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial (cesta de moedas) realizados no curso normal de amortização da dívida que encerrou ao final de outubro de 2019.

O resultado financeiro líquido de 2019 registrou despesa de R\$347 milhões comparado a despesa de R\$375 milhões apresentada de 2018. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- **Encargos de dívidas:** Aumento decorrente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures no montante de R\$1,8 bilhão desembolsada em janeiro de 2019.
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$90 milhões, decorrente da menor atualização do saldo de provisão para litígios.
- **Variação cambial:** Redução de R\$49 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal e juros da dívida com o BNDES indexada a variação cambial realizados durante o ano de 2019.

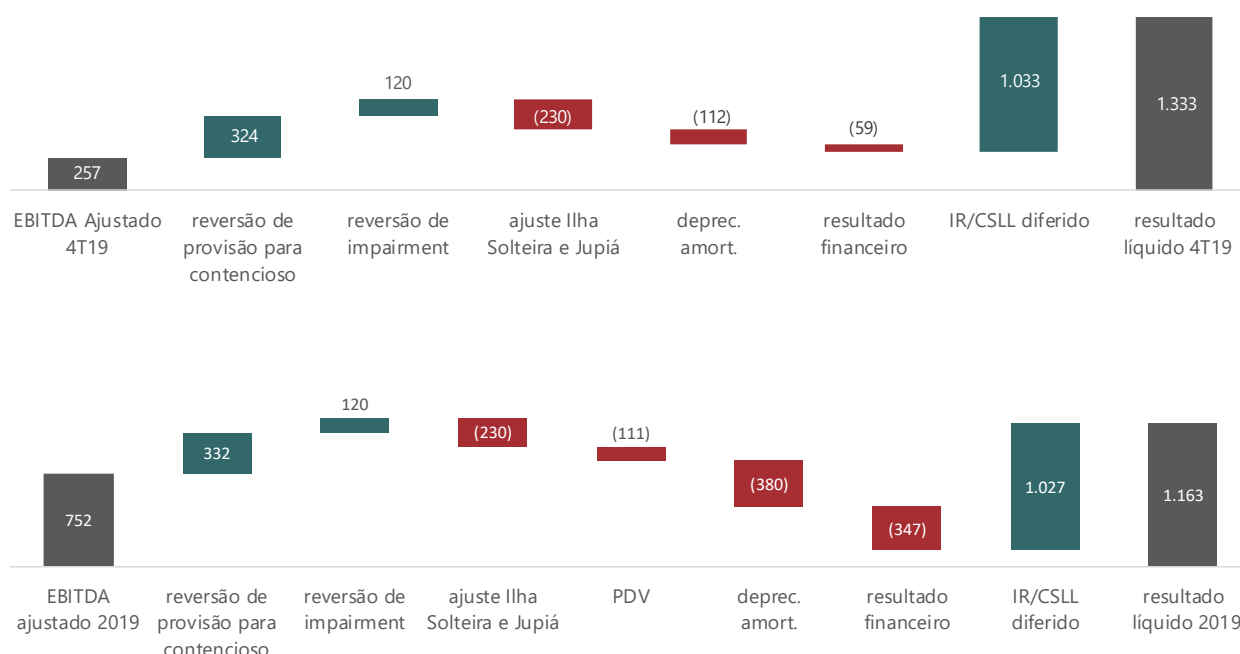
RESULTADO LÍQUIDO

O lucro líquido do 4T19 atingiu R\$1,3 bilhão, contra um lucro líquido de R\$59 milhões no 4T18. No ano de 2019 o lucro líquido atingiu R\$1,2 bilhão, crescimento de R\$869 milhões em relação ao ano de 2018. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente pela:

- **Provisão para litígios:** no 4T19, houve reversão de provisão para litígios no montante de R\$324 milhões, em comparação à reversão verificada no 4T18, no montante de R\$109 milhões, em linha com a estratégia da Companhia de redução constante do contencioso passivo. Por outro lado, em relação ao exercício de 2019, a reversão foi de R\$332 milhões, contra uma reversão de R\$410 milhões verificada em 2018 decorrente, principalmente, do acordo extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul no montante de R\$405 milhões contabilizados no 2T18.
- **Impairment:** reversão de provisão para ajuste ao valor recuperável (*impairment*) de R\$120 milhões no 4T19/2019 (vs. R\$63 milhões no 4T18/2018). A Companhia constatou que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecida a perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018
- **Ajuste ativo contingente:** redução de R\$230 milhões decorrente do ajuste do ativo contingente de Ilha Solteira e Jupia, devido ao reconhecimento no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015 parcialmente compensado, pela:

- **IR e CSLL diferidos:** constituição de IR e CSLL diferidos no montante de R\$1 bilhão decorrente da expectativa de realização de lucro tributável nos próximos anos, conforme projeções da Companhia. A constituição refere-se, principalmente, às seguintes diferenças temporárias: (i) provisão para litígios; (ii) provisão de *impairment*; (iii) provisão para ativo contingente de Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia.

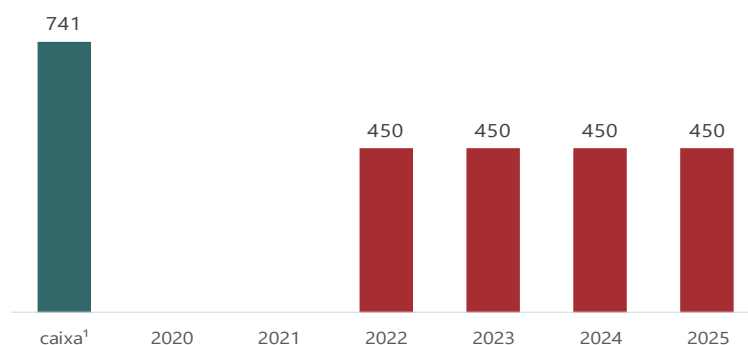
Os gráficos a seguir apresentam os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do 4T19 e 2019, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R\$ milhões):



ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 dezembro de 2019 era de R\$1.791 milhões contra R\$216 milhões ao final de 2018. O aumento no endividamento decorre da 11ª emissão de debêntures da Companhia, realizada com o objetivo de pagar a outorga para a renovação da concessão da UHE Porto Primavera, com remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano, sendo que o pagamento da remuneração será realizado semestralmente e o principal terá prazo de vencimento em 2025. Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio da dívida era de 4,4 anos. A dívida bruta está alocada em moeda nacional e indexada ao CDI.

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)



A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era R\$741 milhões contra R\$411 milhões em dezembro de 2018. A dívida líquida⁽²⁾ em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.010 milhões

(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora | (2) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos

RATING

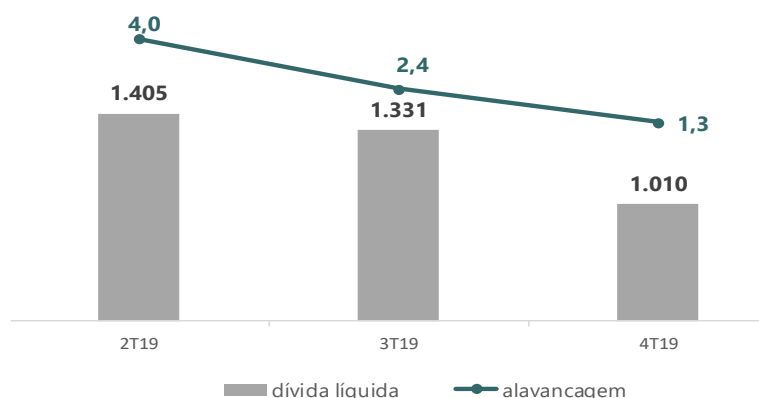
Em dezembro de 2019 a Standard & Poor's ("S&P") revisou e reiterou o rating global e local da CESP, mantendo conforme detalhado abaixo:

STANDARD & POOR'S	Rating	Outlook	Revisão
	BB- br.AAA	Positiva	Dez/2019

ALAVANCAGEM

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, que atingiu o pico de 4,0x no segundo trimestre do ano, chegou a 1,3x no final de 2019.

Dívida Líquida (R\$ milhões)⁽¹⁾ e Alavancagem⁽²⁾ (x)



(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora, empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos / (2) Alavancagem medida pelo ratio Dívida líquida/ EBITDA ajustado UDM

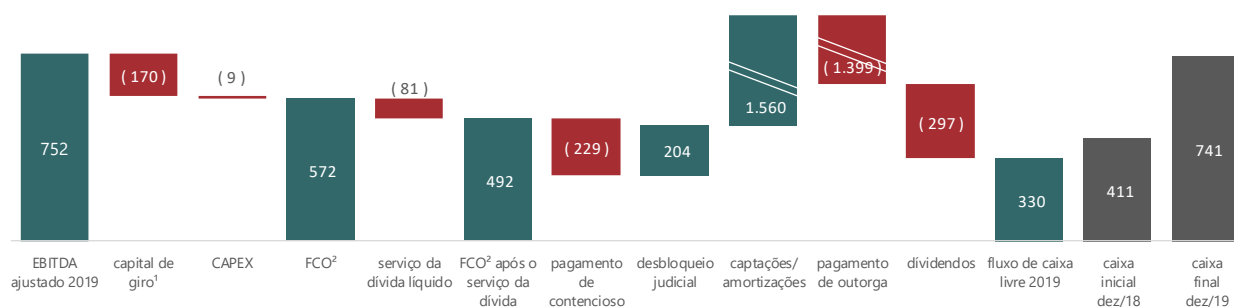
FLUXO DE CAIXA LIVRE

Fluxo de Caixa - R\$ mil	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
EBITDA ajustado	257.031	64.352	n.m.	751.839	502.660	50%
Capital de giro	(43.965)	7.813	n.m.	(170.371)	(10.547)	n.m.
CAPEX	(4.544)	(7.071)	-36%	(9.088)	(16.089)	-44%
Fluxo de caixa operacional	208.522	65.094	n.m	572.380	476.024	20%
Serviço da dívida líquido	(60.988)	(1.152)	n.m.	(80.839)	1.675	n.m.
Fluxo de caixa operacional após o serviço da dívida	147.534	63.942	131%	491.541	477.699	3%
Pagamento de litígio	(107.707)	(48.495)	122%	(229.231)	(144.826)	58%
Desbloqueio Judicial	207.013	2.081	n.m.	203.701	18.644	n.m.
Captações	-	-	n.m.	1.777.982	-	n.m.
Amortizações	(46.428)	(80.209)	-42%	(217.736)	(225.594)	-3%
Pagamento da outorga	-	-	n.m.	(1.398.703)	-	n.m.
Dividendos	-	-	n.m.	(297.164)	(25.573)	n.m.
Fluxo de caixa livre	200.411	(62.681)	n.m.	330.390	100.350	n.m
Saldo de caixa inicial	540.865	473.567	14%	410.886	310.536	32%
Saldo de caixa final	741.276	410.886	80%	741.276	410.886	80%

(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora

O fluxo de caixa livre em 2019 foi de R\$330 milhões, aumento de R\$230 milhões em relação ao ano de 2018, principalmente pelo desbloqueio de depósitos judiciais decorrente de acordo judiciais feitos durante o 4T19, parcialmente compensado: (i) pela redução no capital de giro decorrente de PDV; (ii) crescimento no serviço da dívida em função da captação de R\$1,8 bilhão de debêntures; (iii) pagamento de contencioso; (iv) pagamento da outorga de Porto Primavera e (v) dividendos pagos.

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)



(1) Considera o valor do aporte na CESP Comercializadora (2) FCO=Fluxo de Caixa Operacional.

CAPEX

No 4T19 o *capex* da CESP foi de R\$5 milhões e R\$9 milhões em 2019, destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidrelétricas.

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, conforme segue:

- Será destinado valor para pagamento do dividendo anual prioritário das ações Preferenciais A de 10%, do valor do capital social dessa classe;
- Do saldo, será destinado o valor para pagamento de dividendo anual obrigatório às ações ordinárias (CESP3) e preferenciais B (CESP6) correspondente a 10% do valor do capital social representado por essas ações, o saldo a ser distribuído será rateado entre as duas classes de ação;
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada em Assembleia Geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais A e preferenciais B, se fará em igualdade de condições.

O Conselho de Administração aprovou em reunião de 17 de fevereiro de 2020, a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$606 milhões, *payout* de 52% sobre o lucro líquido de 2019 e *dividend yield* de ~6% para as três classes de ações (ON, PNA e PNB) da CESP.

A liquidação financeira de R\$409 milhões ocorrerá em 22 de abril de 2020 e de R\$196 milhões no dia 22 de outubro de 2020. A data *ex-dividend* será no dia 03 de abril de 2020, conforme demonstrado abaixo:

	Pagamento Total		Pagamento em 22/04/2020		Pagamento em 22/10/2020	
	Valor por ação (R\$)	R\$ milhões	Valor por ação (R\$)	R\$ milhões	Valor por ação (R\$)	R\$ milhões
ON (CESP3)	1,85	202,0	1,25	136,5	0,60	65,5
PNA (CESP5)	1,85	13,6	1,25	9,2	0,60	4,4
PNB (CESP6)	1,85	390,3	1,25	263,7	0,60	126,6
TOTAL		605,9		409,4		196,5

CONTINGÊNCIAS

Processos Judiciais Passivos

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais que representam uma contingência passiva total de, aproximadamente, R\$11,4 bilhões. É importante reforçar que a Companhia continua em um processo, cada vez mais assertivo, de avaliação criteriosa do saldo de contencioso passivo, inclusive com a contratação de assessores jurídicos e financeiros, complementarmente à atuação de nossa equipe própria.

Nesse sentido, dada a relevância do contencioso passivo atualmente registrado pela Companhia, não apenas os valores em discussão judicial são revisados constantemente, como também os próprios prognósticos de perda aplicáveis às ações existentes. Adicionalmente, em uma

busca perene por otimizar a gestão e reduzir a contingência judicial passiva, a Companhia continua qualificando, de forma criteriosa, determinadas ações como “estratégicas”, submetendo-as a um monitoramento próprio e à condução por escritórios externos de alto nível técnico e reputação. Tratamento não menos importante é dado ao restante da carteira contenciosa.

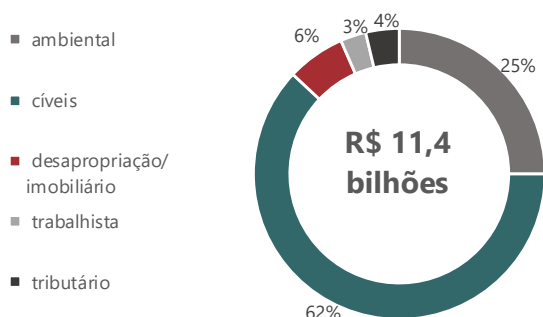
A Companhia esclarece, ainda, que o valor do contencioso passivo é objeto de variações constantes, justamente porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, a Companhia ainda opta por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser coerente a divulgação de tais valores, a Companhia reitera que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva da Companhia.

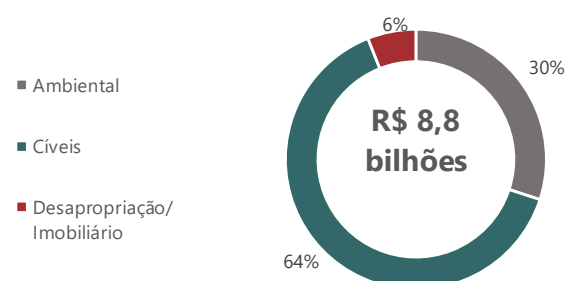
Por fim, sem prejuízo dos esforços constantes visando à redução do seu contencioso passivo, a Companhia ressalva, de forma transparente, que a performance desse processo pode ser prejudicada por novas demandas ajuizadas em face da Companhia, ou mesmo por ajustes na valoração das ações que já compõem a sua carteira. Nesse contexto, a estratégia de redução do passivo judicial passa a abranger, além da atuação técnico-processual, uma atuação de caráter preventivo, de modo a ser reduzido, também, o volume de novas ações que são propostas contra a Companhia.

Atualmente, o grupo de ações estratégicas abrange 45 processos, que representam, aproximadamente, 78% do contencioso judicial passivo da Companhia e têm o perfil detalhado abaixo:

Perfil do Contencioso Passivo



45 casos representam 78% do contencioso passivo total



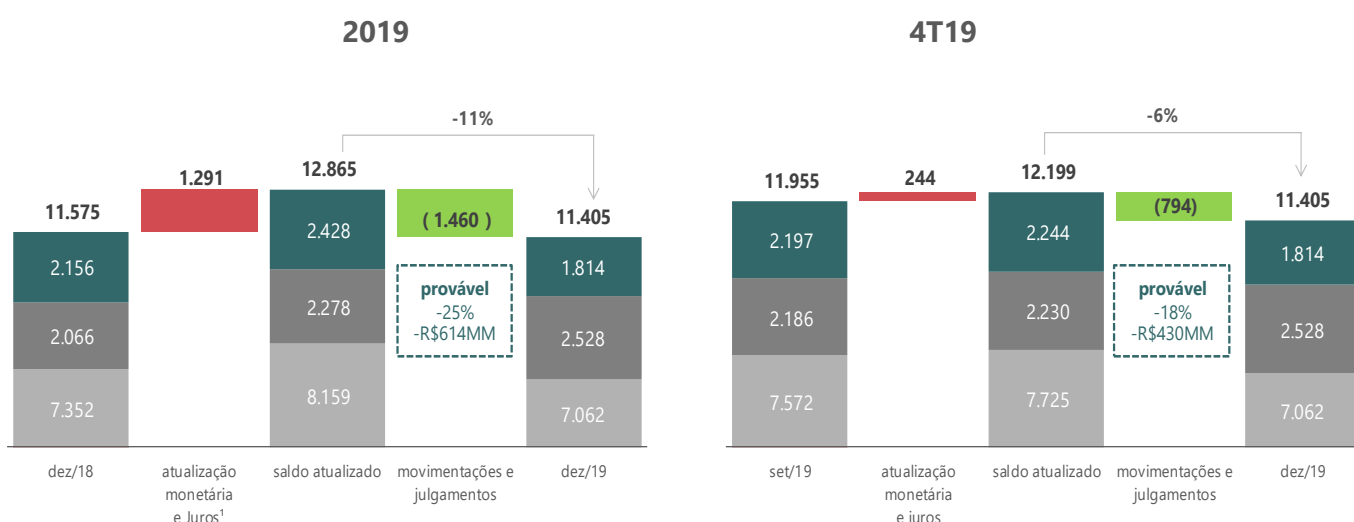
No 4T19, a Companhia avançou na gestão dos casos estratégicos, validada por seus assessores externos, o que, combinado a todas as movimentações do período, permitiu à Companhia uma redução, de sua contingência total, do valor aproximado de R\$794 milhões, em relação ao saldo de setembro de 2019, excetuando-se os efeitos da correção monetária. Quando comparada ao saldo

de dezembro de 2018, a redução da contingência total, também excluindo os efeitos de correção monetária, foi de R\$1.460 milhões.

A redução do contencioso passivo ao longo de 2019 é explicada pela combinação de: (i) decisões definitivas favoráveis à CESP, como alcançado, por exemplo, no expressivo “Caso Aeroceânica”, que apresentava valor de R\$1,7 bilhão, aproximadamente; (ii) acordos judiciais; (iii) revisão criteriosa do valor de contingência atribuído a cada um dos casos estratégicos (ajustes podem significar majoração ou redução do valor de contingência); e (iv) novas demandas recebidas pela Companhia, o que compensa, em parte, as reduções realizadas no período.

Mais detalhes sobre os principais processos estão disponíveis no item 4.3 do Formulário de Referência da CESP.

Ações Judiciais Passivas (R\$ milhões)

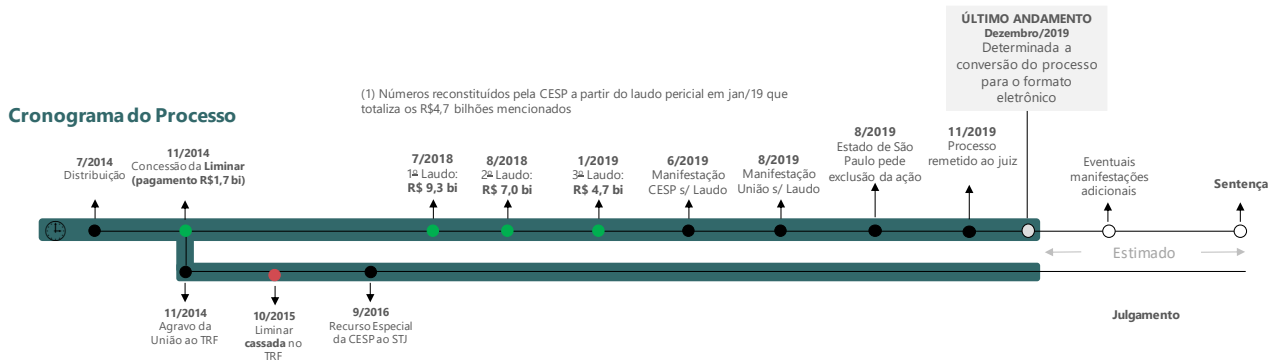


Os acordos judiciais e os esforços de substituição de depósitos por outras espécies de garantia resultaram na liberação de depósitos judiciais no valor de, aproximadamente, R\$192 milhões, o que significa uma redução de 56% em relação ao saldo de dezembro de 2018.

Processo Três Irmãos

O processo de indenização de Três Irmãos (processo nº 45939-32.2014.4.01.3400) está, em 1ª instância, em fase de instrução probatória, com discussões a respeito do último laudo do perito judicial, que avaliou os ativos reversíveis em R\$4,7 bi (a valores históricos de junho de 2012). O valor avaliado é composto de: Usina: R\$1,9 bi; Eclusas e Canal: R\$1,0 bi; Terrenos: R\$1,8 bi

Em paralelo à tramitação do caso em 1ª instância, há recurso pendente de julgamento (Recurso Especial nº 1.643.760/SP) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), interposto pela CESP em dezembro de 2016 visando ao pagamento imediato, pela União, do valor incontroverso de R\$1,7 bi (valor na data-base de junho de 12). Atualmente, aguarda-se pela inclusão do recurso em pauta de julgamento.



Processo de Jupiá e Ilha Solteira

Em relação ao processo envolvendo a reversibilidade dos ativos de Ilha Solteira e Jupiá, em primeira instância foi proferida sentença que julgou a demanda parcialmente procedente, apenas para determinar que a União pague o valor de indenização, publicado na portaria MME nº458/2015, a qual definiu o montante de R\$2 milhões como sendo a indenização relativa a Usina de Ilha Solteira (considerando a depreciação e a amortização acumulada desde jun/2015). Em relação a Usina de Jupiá a União entendeu que não haveria qualquer valor a título de indenização. Por não haver acolhimento do pedido da Companhia para majoração do valor de indenização fixado pela União, no processo judicial, e ainda, dada a incerteza da indenização via processo administrativo protocolado na ANEEL, a Companhia reavaliou seus ativos de acordo com os valores publicados pela referida portaria.

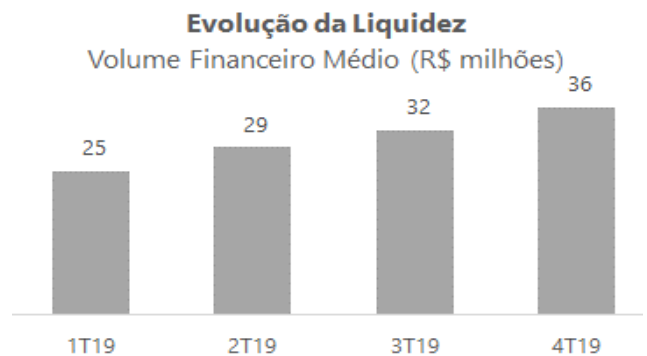
MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias (“CESP3”) e ações preferenciais classes A e B (“CESP5 e CESP6”, respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 31 de dezembro de 2019 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$31,94. As ações CESP6 apresentaram uma liquidez média diária de R\$36 milhões no 4T19 e R\$31 milhões negociados no ano de 2019 (vs. R\$27 milhões negociados em 2018).

As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,50. As ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$32,00, no mesmo 31 de dezembro de 2019.

O valor de mercado da CESP, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$10,5 bilhões comparado a R\$7 bilhões em 31 de dezembro de 2018.



ANEXOS – (R\$ mil)

Demonstração dos Resultados	4T19	4T18	Var. (%)	2019	2018	Var. (%)
Receita operacional bruta	497.086	502.647	-1%	1.830.499	1.927.319	-5%
Consumidores Livres - Industrial	213.871	222.641	-4%	785.746	788.540	0%
Agentes Comercializadores	142.908	130.463	10%	487.660	552.474	-12%
Leilões de Energia - Distribuidores	126.203	122.155	3%	481.588	463.076	4%
Energia de curto prazo	12.767	26.760	-52%	72.235	120.648	-40%
Outras receitas	1.337	628	113%	3.270	2.581	27%
Deduções à receita operacional	(64.251)	(94.549)	-32%	(259.203)	(293.209)	-12%
Quota reserva global de reversão - RGR	(844)	(32.261)	-97%	(26.304)	(54.714)	-52%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.238)	(4.075)	4%	(15.631)	(16.319)	-4%
Imposto sobre serviços - ISS	(19)	(35)	-46%	(120)	(132)	-9%
COFINS sobre receitas operacionais	(37.046)	(36.815)	1%	(135.032)	(140.460)	-4%
PIS sobre receitas operacionais	(8.043)	(7.991)	1%	(29.316)	(30.493)	-4%
Compensação de recursos hídricos	(12.845)	(12.588)	2%	(48.801)	(48.063)	2%
Taxa de fiscalização do setor - TFSE	(1.216)	(784)	55%	(3.999)	(3.028)	32%
Receita operacional líquida	432.835	408.098	6%	1.571.296	1.634.110	-4%
Custo do serviço de energia elétrica	(272.064)	(361.588)	-25%	(1.092.015)	(1.232.279)	-11%
Lucro operacional bruto	160.771	46.510	n.m.	479.281	401.831	19%
Despesas operacionais	198.505	110.839	79%	4.125	257.322	-98%
Gerais e administrativas	(41.814)	(51.791)	-19%	(263.157)	(182.194)	44%
Outras receitas operacionais, líquidas	240.319	162.630	48%	267.282	439.516	-39%
Equivalência Patrimonial	102	-	n.m.	102	-	n.m.
Lucro antes do resultado financeiro	359.378	157.349	128%	483.508	659.153	-27%
Receitas financeiras	11.086	24.370	-55%	74.259	75.704	-2%
Despesas financeiras	(70.900)	(70.120)	1%	(418.504)	(398.207)	5%
Variação cambial líquida	319	12.079	-97%	(2.809)	(52.364)	-95%
Resultado financeiro	(59.495)	(33.671)	77%	(347.054)	(374.867)	-7%
Lucro antes do IR e CSLL	299.883	123.678	142%	136.454	284.286	-52%
IR e CSLL líquidos	1.033.232	(64.425)	n.m.	1.026.560	10.147	n.m.
Total de IR e CSLL	1.033.232	(64.425)	n.m.	1.026.560	10.147	n.m.
Lucro líquido	1.333.115	59.253	n.m.	1.163.014	294.433	n.m.

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	1.018.007	854.999
Caixa e equivalentes de caixa	690.276	410.886
Instrumentos financeiros derivativos	18.718	-
Contas a receber	198.930	240.802
Tributos a recuperar	8.357	79.203
Despesas antecipadas	11.186	15.580
Outros ativos	90.540	108.528
Não circulante	11.909.068	9.471.501
Instrumentos financeiros derivativos	21.225	-
Despesas antecipadas	-	7.511
Cauções e depósitos judiciais	343.979	536.254
IR e CSLL	1.877.412	579.226
Almoxarifado	7.611	4.302
Ativo sujeito à indenização	1.719.390	1.949.430
Outros ativos	-	1.361
Investimentos	51.102	-
Intangível	1.575.300	36.800
Imobilizado	6.305.943	6.356.617
Direito de uso s/ contratos de arrendamento	7.106	-
Total do ativo	12.927.075	10.326.500
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	954.179	884.398
Fornecedores	8.824	7.595
Energia comprada para revenda	35.755	167.822
Empréstimos e financiamentos	3.002	214.556
Arrendamento mercantil	1.584	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento	21.497	25.211
Tributos a recolher	23.494	19.061
Encargos setoriais	115.673	141.742
Dividendos a pagar	606.176	298.750
UBP - Uso do bem público	29.275	-
Obrigações socioambientais	23.474	-
Outras obrigações	85.425	9.661
Não circulante	4.827.991	2.340.036
Empréstimos e financiamentos	1.781.123	1.080
Arrendamento mercantil	5.624	-
Encargos setoriais	12.014	35.852
UBP - Uso do bem público	158.355	-
Provisão para litígios	1.814.375	2.156.162
Obrigações socioambientais	164.536	72.915
Entidade de previdência a empregados	836.995	-
Outros passivos	54.969	74.027
Patrimônio líquido	7.144.905	7.102.066
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.084.883	554.588
Ajustes de avaliação patrimonial	(948.623)	(976.752)
Outros resultados abrangentes	(895.886)	(380.301)
Total do passivo e patrimônio líquido	12.927.075	10.326.500

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	4T19			4T18			Var. (%)
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Energia comprada	(92.815)	-	(92.815)	(194.147)	-	(194.147)	-52%
Encargos setoriais	(26.931)	-	(26.931)	(20.352)	-	(20.352)	32%
Créditos de PIS/COFINS sobre transmissão	(37.257)	-	(37.257)	(54.506)	-	(54.506)	-32%
Pessoal	(5.824)	(14.253)	(20.077)	(6.977)	(33.859)	(40.836)	-51%
PDV - Programa de demissão voluntária	-	(336)	(336)	-	-	-	n.m.
Administradores	-	(5.732)	(5.732)	-	(796)	(796)	n.m.
Entidade de previdência a empregados	-	(3.372)	(3.372)	-	(2.582)	(2.582)	31%
Materiais	(664)	(206)	(870)	(1.037)	(450)	(1.487)	-41%
Serviços de terceiros	(1.438)	(10.258)	(11.696)	(6.195)	(10.058)	(16.253)	-28%
Depreciação/Amortização	(109.490)	(2.655)	(112.145)	(77.046)	(1.889)	(78.935)	42%
Outros encargos - ONS/CCEE	-	(338)	(338)	-	(143)	(143)	136%
Aluguéis	(28)	1	(27)	-	(1.337)	(1.337)	-98%
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017	-	-	-	-	-	-	n.m.
Execução Acordo MP-MS	-	-	-	-	-	-	n.m.
Provisão para redução de almoxarifados	-	264	264	-	3.115	3.115	-92%
Honorários <i>ad exitum</i>	-	-	-	-	(532)	(532)	n.m.
Provisão honorários <i>ad exitum</i>	-	-	-	-	(8.973)	(8.973)	n.m.
Reversão de impairment de ativo imobilizado	-	120.405	120.405	-	62.652	62.652	92%
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia	-	(230.040)	(230.040)	-	-	-	n.m.
Provisão para litígios	-	324.463	324.463	-	109.280	109.280	197%
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	6.170	6.170	-	91	91	n.m.
Perda estimada de créditos	-	2.804	2.804	-	1.414	1.414	98%
Reversão de provisões socioambientais	-	14.835	14.835	-	1.768	1.768	n.m.
Custos retardatários	-	-	-	-	(852)	(852)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	2.383	(3.247)	(864)	(1.328)	(6.010)	(7.338)	-88%
Total	(272.064)	198.505	(73.559)	(361.588)	110.839	(250.749)	-71%

NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	2019			2018			Var. (%)
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Energia comprada	(541.111)	-	(541.111)	(751.603)	-	(751.603)	-28%
Encargos setoriais	(126.606)	-	(126.606)	(114.509)	-	(114.509)	11%
Créditos de PIS/COFINS sobre transmissão	-	-	-	-	-	-	n.m.
Pessoal	(21.580)	(84.745)	(106.325)	(24.570)	(116.324)	(140.894)	-25%
PDV - Programa de demissão voluntária	(9.883)	(101.199)	(111.082)	-	-	-	n.m.
Administradores	-	(6.900)	(6.900)	-	(2.238)	(2.238)	n.m.
Entidade de previdência a empregados	-	(13.488)	(13.488)	-	(10.330)	(10.330)	31%
Materiais	(2.985)	(1.586)	(4.571)	(2.839)	(1.789)	(4.628)	-1%
Serviços de terceiros	(13.245)	(33.184)	(46.429)	(23.330)	(35.916)	(59.246)	-22%
Depreciação/Amortização	(371.319)	(8.246)	(379.565)	(308.993)	(7.352)	(316.345)	20%
Outros encargos - ONS/CCEE	-	(2.122)	(2.122)	-	(865)	(865)	145%
Aluguéis	(46)	(1.540)	(1.586)	-	(4.640)	(4.640)	-66%
Reversão da diferença de qGR 2018 e 2017	-	23.152	23.152	-	-	-	n.m.
Execução Acordo MP-MS	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)	n.m.
Provisão para redução de almoxarifados	-	8.053	8.053	-	3.370	3.370	139%
Honorários <i>ad exitum</i>	-	-	-	-	(532)	(532)	n.m.
Provisão honorários <i>ad exitum</i>	-	-	-	-	(8.973)	(8.973)	n.m.
Reversão de impairment de ativo imobilizado	-	120.405	120.405	-	62.652	62.652	92%
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupia	-	(230.040)	(230.040)	-	-	-	n.m.
Provisão para litígios	-	331.951	331.951	-	410.186	410.186	-19%
Provisão PIS/COFINS depósitos judiciais	-	6.048	6.048	-	9.873	9.873	-39%
Perda estimada de créditos	-	2.440	2.440	-	367	367	n.m.
Reversão de provisões socioambientais	-	14.835	14.835	-	29.353	29.353	-49%
Custos retardatários	-	(2.099)	(2.099)	-	(2.927)	(2.927)	-28%
Outras (despesas) ou receitas	(5.240)	(17.610)	(22.850)	(6.435)	(14.593)	(21.028)	9%
Total	(1.092.015)	4.125	(1.087.890)	1.232.279)	257.322	(974.957)	12%